



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Pregão Eletrônico nº 90003/2025

Processo nº 19958.101373/2023-11

G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. ("Recorrente"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, sediada no SCN Quadra 2, Bloco "A", Sala 602, Ed. Corporate Financial Center, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.712-900, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, com fundamento no item 11 do Edital, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão que habilitou a empresa **IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA.** ("Recorrida"), pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

Caso não seja exercido o juízo de retratação pelo Il. Pregoeiro, requer-se, desde já, que as presentes razões recursais sejam submetidas à reapreciação da autoridade hierarquicamente superior, nos termos do subitem 11.5 do Edital, a fim de que seja promovida a reforma da decisão recorrida.

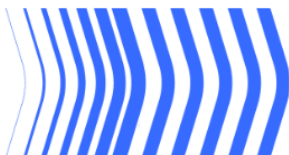
I – TEMPESTIVIDADE

O prazo conferido pelo órgão para a apresentação das razões recursais, conforme delimitado pelo Edital, se encerra no dia 15/07/2025. Como o protocolo do presente recurso observa o mencionado prazo, esse deve ser tido por tempestivo.

II – SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de pregão eletrônico, do tipo menor preço, destinado à contratação de serviços técnicos de apoio à gestão de Tecnologia da Informação (TI), avaliação da qualidade e mensuração de software, para atender as necessidades do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e respectivos anexos.

A sessão pública foi realizada em 07/07/2025, ocasião em que, encerrada a disputa de lances, a empresa IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA. foi classificada e posteriormente declarada habilitada e vencedora do certame.



Brasília - DF, 70712-900
SCN Q 2 BL A - Asa Norte,
Corporate Financial Center
Sala 602 – 603

61 3773-2000
contato@g4f.com.br
www.g4f.com.br

Contudo, conforme será demonstrado adiante, a proposta apresentada pela Recorrida contém vício material insanável ao adotar um modelo não-celetista para contratação dos perfis profissionais, que por sua natureza é incompatível com as regras do edital, que exige o cumprimento de jornada fixa, controle de frequência e subordinação dos colaboradores alocados.

Igualmente, constata-se que ausência de encargos trabalhistas na planilha de composição de custos, em razão do modelo de contratação escolhido, resulta na apresentação de proposta com preço subdimensionado, tornando-a manifestamente inexequível.

III – DAS RAZÕES RECURSAIS

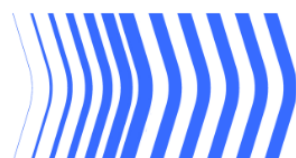
A licitação é regida por um conjunto de normas ético-jurídicas que lhe conferem conteúdo e finalidade, tendo como principal objetivo assegurar uma competição justa e legítima, pautada na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em todas as suas esferas. Essa diretriz está expressamente prevista no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do **julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, **da competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Esses princípios constituem o alicerce da atuação administrativa no âmbito das contratações públicas, conferindo legitimidade aos atos praticados e garantindo a observância do interesse público em sua máxima extensão.

Balizando-se nessas premissas, constatou-se que a proposta apresentada pela Recorrida deixou de contemplar, em sua planilha de composição de custos, a previsão dos encargos trabalhistas obrigatórios, conforme determinado pelo item 4.60.2 do Termo de Referência, o qual dispõe, de forma expressa, que a Contratada será integralmente responsável pela admissão, gestão e remuneração dos profissionais alocados na execução dos serviços, inclusive pelo pagamento de todos os tributos, encargos trabalhistas e verbas rescisórias a eles relacionados:

4.60.2 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela admissão, administração, coordenação e avaliação dos técnicos necessários à prestação dos serviços de apoio desta contratação, obrigando-se também por todos os tributos, impostos, encargos (trabalhistas ou não), incluindo toda e qualquer verba rescisória, além de todas as taxas que se apliquem ao seu ramo de atuação;



Em sede de diligência, a Recorrida esclareceu que no âmbito do contrato que se pretende levar a termo, a contratação integral dos profissionais se dará de forma não-celetista, ou seja, via pessoa jurídica:

Assim, a empresa informa que a contratação de sua equipe dar-se-á de forma **não-celetista**, onde os encargos e benefícios não se aplicam na representação da planilha de custos e formação de preço. Ressaltamos que a empresa respeitará toda a legislação que envolve esta modalidade de contratação.

Com efeito, o modelo adotado pela Recorrida como prática regular configura clara desvirtuação das diretrizes editalícias. Isso porque, constitui exigência expressa do instrumento convocatório, o **cumprimento de jornada semanal de 40 horas pelos profissionais alocados**, a ser cumprida **dentro do horário de expediente** do MTE, observando-se a legislação trabalhista vigente:

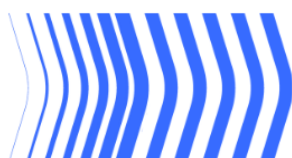
4.31 - Cada profissional demandado por meio de OS(s) para o ITEM 1 deverá cumprir 40 (quarenta) horas semanais, dentro do horário de funcionamento normal da CONTRATANTE: das 8 às 20 horas, de segunda a sexta-feira, observada a legislação trabalhista vigente. O serviço deverá ser prestado, em regra, nos dias úteis e dentro do horário normal de funcionamento da CONTRATANTE.

4.70 - Cada profissional demandado por meio de OS(s) deverá cumprir 40 (quarenta) horas semanais dentro do horário de funcionamento normal da CONTRATANTE, que é das 8 às 20 horas, de segunda a sexta-feira, observada a legislação trabalhista vigente. O serviço deverá ser prestado, em regra, nos dias úteis e dentro do horário normal de funcionamento da CONTRATANTE, que é das 8h às 20h;

6.2 - Cada profissional demandado por meio de OS(s) nesta contratação a ser alocado deverá cumprir 40 (quarenta) horas semanais dentro do horário de funcionamento normal da CONTRATANTE, que é das 8 às 20 horas, de segunda a sexta-feira, observada a legislação trabalhista vigente.

De igual modo, **exige-se que a contratada promova o controle de frequência dos profissionais**, o que **evidencia a subordinação e habitualidade** na execução dos serviços, requisitos incompatíveis com o regime de contratação via pessoa jurídica, o qual, por sua natureza, pressupõe autonomia, liberdade de horários e ausência de controle direto por parte do contratante em relação aos profissionais contratados:

4.66.1 - Deverão ser estabelecidos pela CONTRATADA mecanismos de **controle de frequência presencial e remota** dos seus profissionais, de forma a permitir a avaliação dos serviços prestados pela CONTRATANTE.



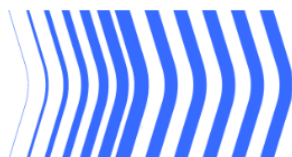
Com efeito, a contratação por meio de pessoa jurídica, quando ocorre em condições que evidenciam subordinação, habitualidade, onerosidade e pessoalidade, configura fraude à legislação trabalhista, burlando direitos sociais constitucionalmente garantidos, conforme pacificado pelos Tribunais da Justiça do Trabalho:

VÍNCULO DE EMPREGO. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE FATO. DISTINÇÃO ENTRE PEJOTIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. IMPERTINÊNCIA DA INVOCAÇÃO DO TEMA VINCULANTE 725/STF. 1. Em face do tema vinculante 725/STF, é importante diferenciar a pejetização da terceirização, para a demonstrar que a análise do caso dos autos não se vincula à tese jurídica vinculante de n. 725, do e. STF. 2. **A denominada pejetização é caracterizada por uma fraude trabalhista, em que o empregador celebra contrato com uma pessoa jurídica constituída pelo trabalhador, para se ver livre das obrigações trabalhistas, não obstante exigir dele trabalho pessoal e subordinado juridicamente à empresa.** No caso da pejetização, o artigo 9º da CLT permite a superação daqueles aspectos formais da contratação, que são declarados nulos diante da fraude constatada e, **a partir da prova dos autos e do respeito ao princípio do contrato-realidade, permite o reconhecimento do vínculo de emprego.** 3. Por outro lado, a terceirização de serviços pode ocorrer em diversas atividades, inclusive na atividade fim da empresa tomadora dos serviços. Nesta modalidade contratual, firmada entre empresas, a tomadora dos serviços contrata empresa terceira para determinados serviços, incumbindo a esta a contratação de empregados para a sua execução. 4. Na hipótese, discute-se a pejetização dos serviços e não a terceirização. **O contrato firmado com pessoa jurídica, mas com vistas ao trabalho pessoal e subordinado do seu titular, incide nos termos do artigo 9º da CLT e não se correlaciona com o tema vinculante 725/STF.**

TRT-3 - ROT: 0010108-27.2023.5 .03.0082, Relator.: Juíza Convocada Renata Lopes Vale, Primeira Turma.

DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. VÍNCULO DE EMPREGO. GERENTE GERAL. FRAUDE NO CONTRATO DE TRABALHO. "PEJOTIZAÇÃO". **A reclamante exercia o trabalho com pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação. O fato de a reclamante ser contratada como pessoa jurídica não afasta o reconhecimento do vínculo de emprego** quando demonstrado que exercia a função de gerente geral **com todos os elementos caracterizadores do vínculo de emprego**, nos termos do art. 3º da CLT. No caso, houve fraude no contrato de trabalho, no que é conhecido como "pejetização", em que o empregador contrata o empregado como pessoa jurídica para mascarar o vínculo de emprego. Recurso ordinário da reclamante provido, com retorno dos autos a origem.

TRT-4 - ROT: 00212261220215040221, Data de Julgamento: 23/06/2024, 11ª Turma.



PEJOTIZAÇÃO. FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. NULIDADE DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. A exigência de constituição de pessoa jurídica pelo empregado, para manter sua relação de trabalho com o empregador nas mesmas funções, por meio de um contrato de prestação de serviços, constitui clara tentativa de fraude à aplicação da legislação trabalhista, com objetivo de afastar a responsabilidade do empregador pelo pagamento dos débitos trabalhistas. Comprovado esse ardil denominado de "pejotização", é nulo o contrato civil entabulado entre o ex-empregado (camuflado de prestador de serviços) e o seu real empregador (camuflado de tomador dos serviços), nos termos do art. 9º da CLT, devendo ser reconhecido o vínculo de emprego entre as partes.

TRT da 12ª Região; Processo: 0000075-75.2016.5.12.0048; Data de assinatura: 28-05-2017; Órgão Julgador: OJ de Análise de Recurso - 6ª Câmara; Relator(a): MIRNA ULIANO BERTOLDI.

Diante desses reflexos, em **14/04/2025** o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral do Tema 1.389 (ARE 1532603) para discutir a **licitude da contratação de profissionais como PJ** para funções tipicamente laborais¹, considerada a relevância jurídica e social das implicações desse modelo de contratação em face dos direitos fundamentais trabalhistas e da higidez das contratações públicas:

< Mais notícias

STF suspende processos em todo o país sobre licitude de contratos de prestação de serviços

Ministro Gilmar Mendes determinou a medida após o Plenário reconhecer, por maioria, repercussão geral sobre a chamada "pejotização"

14/04/2025 11:49 - Atualizado há 3 meses atrás



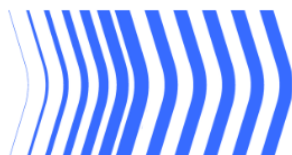
Post Views: 209.307



Foto: Antonio Augusto

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratam da licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços, a chamada "pejotização".

¹ Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-suspende-processos-em-todo-o-pais-sobre-licitude-de-contratos-de-prestacao-de-servicos/>



Brasília - DF, 70712-900
SCN Q 2 BL A - Asa Norte,
Corporate Financial Center
Sala 602 – 603

61 3773-2000
contato@g4f.com.br
www.g4f.com.br

Com efeito, a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório constitui um dos pilares do regime jurídico das licitações públicas, o qual impõe à Administração e aos licitantes a estrita obediência às regras e condições estabelecidas no edital, que se reveste de natureza jurídica vinculante e tem força normativa dentro do certame.

Qualquer flexibilização indevida, interpretação extensiva ou descumprimento das disposições editalícias compromete diretamente a isonomia entre os concorrentes, enfraquece a segurança jurídica do procedimento e viola os princípios da legalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Igualmente, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório exige-se que as propostas estejam integralmente em conformidade com as disposições do edital e das normas que regulam a relação de trabalho no âmbito da contratação.

Nesse sentido, é o posicionamento do colendo Tribunal de Contas da União:

Os dispositivos do edital atinentes à formação de preços devem ser observados pelas empresas licitantes, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

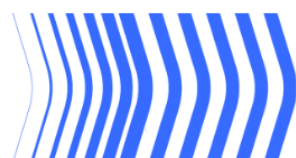
Acórdão 843/2008-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES

Assim, ao classificar a proposta da Recorrida, admitindo sua precária condição, sem qualquer motivação ou razoabilidade, a Administração fere o princípio da isonomia, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo as demais licitantes sem qualquer amparo legal.

Não obstante, admitir que a Recorrida efetive a contratação de seus profissionais por meio do modelo da pejetização, não confere à Administração qualquer segurança jurídica no âmbito da execução contratual quanto ao cumprimento dos encargos trabalhistas derivados de uma relação de emprego, como férias, 13º salário, recolhimento de FGTS e INSS, o que fatalmente sujeitará a Administração à responsabilização subsidiária diante de passivo trabalhista com vistas ao reconhecimento do vínculo empregatício.

De igual modo, não se verifica compatibilidade entre a admissão da proposta nesses termos, associado ao cumprimento de normas coletivas, inclusive com seus reflexos sobre repactuações futuras no curso da vigência contratual.

Ainda que se admitisse a pejetização como meio de subcontratação, igualmente não se sustenta a proposta da Recorrida.



Isso porque, o Edital não autoriza a subcontratação integral e indiscriminada dos perfis profissionais. Ao contrário, nos termos do item 4.87 do Termo de Referência, a subcontratação é medida excepcional e limitada a até 20% das horas previstas exclusivamente para o Item 2, destinada à prestação de serviços de consultoria técnica especializada, **sob demanda**.

Essa autorização limita-se aos casos em que a contratada **não detenha expertise específica para determinada atividade** de apoio aos projetos conduzidos pela DTI, devendo ser **formalmente motivada** no momento da abertura da respectiva Ordem de Serviço, **o que reforça seu caráter pontual e complementar**:

Subcontratação

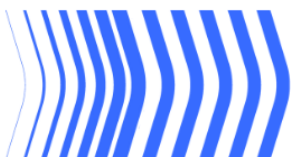
4.87 - Será admitida a subcontratação em **até 20%** (vinte por cento) **das horas** previstas no **ITEM 2** da contratação, para os **casos em que a CONTRATADA não deter expertise para a execução** de horas de serviço de consultoria especializada de apoio de projetos de TI conduzidos pela DTI.

4.87.1 - A **subcontratação possibilita acesso pela DTI a especialistas com competências técnicas específicas**, promovendo agilidade e eficiência na execução dos serviços de apoio à gestão de TI, mensuração de software e avaliação de qualidade. Dessa forma, complementa-se a equipe principal, garantindo flexibilidade para atender demandas variáveis e aumentando a qualidade e a produtividade sem comprometer prazos. **A autorização da subcontratação deverá estar motivada, no caso em concreto, no momento da abertura da Ordem de Serviço para o ITEM 2.**

Notadamente, a observância integral das condições editalícias é pressuposto indispensável para garantir a lisura do certame, assegurando às licitantes a ampla competitividade em bases equânimes e a atuação imparcial por parte da Administração Pública.

Ressalte-se, ainda, que o dever de zelar pela legalidade e regular condução do procedimento recai exclusivamente sobre o Pregoeiro, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe impedir práticas que desvirtuem a finalidade do processo licitatório ou promovam desequilíbrio concorrencial.

Portanto, sendo evidenciado que a proposta da Recorrida não atende aos requisitos exigidos pelo instrumento convocatório, a sua desclassificação é medida necessária a preservar a isonomia, competitividade, segurança jurídica e legalidade do presente certame, garantindo o julgamento objetivo e a seleção de proposta que efetivamente atenda o interesse público, nos termos do art. 59, incisos II e III da Lei nº 14.133/2021.



IV - DOS PEDIDOS

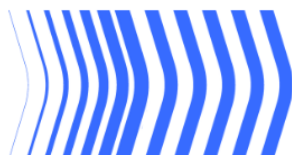
Diante dos fatos e fundamentos apresentados, requer-se:

- a) O **recebimento e conhecimento** do presente recurso, por ser tempestivo e revestido de todos os requisitos legais;
- b) **No mérito, o integral provimento do recurso**, para que seja determinada a **desclassificação** da proposta da empresa **IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA.**, nos termos do art. 59, incisos II e III da Lei nº 14.133/2021, diante da não observância de critérios legais e editalícios exigidos para execução do objeto licitado, resultando na apresentação de proposta manifestamente inexequível para o atendimento das obrigações contratuais.

Nesses termos, pede o deferimento.

Brasília, 15 de julho de 2025.

G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.
CNPJ nº 07.094.346/0001-45



Brasília - DF, 70712-900
SCN Q 2 BL A - Asa Norte,
Corporate Financial Center
Sala 602 – 603

61 3773-2000
contato@g4f.com.br
www.g4f.com.br